

Estudo dos Programas da Extensão Rural e as Possíveis Transformações na Agricultura Familiar em Dom Pedrito/RS entre 2014 e 2018

Study of Rural Extension Programs and Possible Transformations in Family Agriculture in Dom Pedrito/RS between 2014 and 2018

Criziane Flores Pamplona

Tecnóloga em Agronegócio

Aluna da Especialização Stricto Sensu do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio

Universidade Federal do Pampa

Dom Pedrito-RS, Brasil

crizianepamplona@gmail.com

Osmar Manoel Nunes

Professor Adjunto – UNIPAMPA Campus Dom Pedrito

Doutor em Desenvolvimento Regional

Dom Pedrito-RS, Brasil

osmarnunes@unipampa.edu.br

RESUMO

Este artigo objetivou estudar as transformações da agricultura familiar no município de Dom Pedrito a partir dos programas da extensão rural. Foi descrito o contexto histórico e atual da agricultura familiar no município identificando os principais programas trabalhados entre 2014 e 2018, além de apresentar os motivos que levaram a participação nos programas e citar os principais resultados obtidos. Para a realização deste artigo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e entrevistas, que foram realizadas com dez produtores familiares que participam dos principais programas da extensão rural. Também foi entrevistado um técnico do Escritório local da Emater/RS - ASCAR. Os principais resultados indicam que ao longo do tempo o número de programas trabalhados no município aumentou consideravelmente. Os resultados indicam ainda que alguns programas, especificamente o PNAE, o PAA a Patrulha Agrícola e o PRONAF, obtém mais sucesso na sua aplicação junto aos produtores familiares. Já em outros programas percebe-se a necessidade de se trabalhar para diminuir algumas dificuldades que alguns produtores enfrentam em relação ao desenvolvimento da sua atividade. Constatou-se de modo geral que apesar de alguns contrapontos, os programas abordados neste artigo se configuram como oportunidades para o desenvolvimento dos produtores familiares e da agricultura familiar do município.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Produção Familiar; Dom Pedrito/RS.

ABSTRACT

This article aims to study the transformations of family agriculture in the municipality of Dom Pedrito from rural extension programs. It was described the historical and current context of family agriculture in the municipality, identifying the main programs worked between 2014 and 2018, besides presenting the reasons that led to participation in the programs and to cite the main results obtained. For the accomplishment of this article, the bibliographical research and interviews were used, that were realized with ten familiar producers that participate in the main programs of the rural extension. Also interviewed was a technician from the local Office of Emater / RS - ASCAR. The main results indicate that over time the number of programs worked in the municipality has increased considerably. The results also indicate that some programs, specifically the PNAE, the PAA the Agricultural Patrol and the PRONAF, are

more successful in their application to family producers. In other programs the need to work to reduce some difficulties that some producers face in relation to the development of their activity is perceived. It was generally found that despite some counterpoints, the programs addressed in this article constitute opportunities for the development of family farmers and family agriculture in the municipality.

Keywords: Public Policies; Family Production; Dom Pedrito/RS.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma temática ampla, considerada palco de muitas discussões e que ao longo do tempo vem passando por inúmeras mudanças socioeconômicas desde o seu reconhecimento institucional.

O destaque é sua função socioeconômica diante do cenário rural e urbano, visto sua participação no abastecimento de alimentos como frutas, legumes, laticínios e outros produtos consumidos. A produção familiar está cada vez mais imersa no mercado, adquirindo competitividade e ofertando produtos diferenciados de valor agregado e assim conquistando cada vez mais consumidores exigentes. Pelo modo peculiar de exploração agrícola e pecuário é evidenciada sua importante participação nas cadeias produtivas do agronegócio bem como sua contribuição no desenvolvimento e crescimento econômico.

Dentro deste cenário ressalta-se o importante papel da Extensão Rural no âmbito da produção familiar, pois torna dificultoso o desenvolvimento desta sem o direcionamento que as ações extensionistas realizam nas propriedades familiares.

Com o passar dos anos, ocorreram inúmeras mudanças no âmbito da produção familiar, não somente na estrutura produtiva (SCHNEIDER, 1999). Tais mudanças vão desde os processos técnico-produtivos até mesmo a forma de gestão das propriedades e a relação política *versus* tomada de decisão dos produtores familiares, o que leva a um novo modo de “ser” do rural.

Inclusive, há evidências que a expressão “novo rural” também vem ganhando cada vez mais espaço nas discussões no âmbito da sociologia rural, frente a um cenário de produção de *commodities* ligadas às agroindústrias, surgimento de atividades não-agrícolas, assim como novas atividades agropecuárias até então pouco exploradas (DIESEL et al., 2012).

Nisto, ressalta-se também mudanças importantes no âmbito da política institucional e nas dinâmicas sociais nos últimos 20 anos no Brasil (GRISA E SCHNEIDER, 2015).

O problema desta pesquisa parte do princípio de que existe uma grande lacuna acerca da repercussão dos programas da extensão rural para os agricultores familiares. Assim, é possível identificar o que realmente motiva os produtores familiares a diversificar, a intensificar, a utilizar ou não tecnologias complementares à produção, a mudarem de atividade ou até mesmo conciliar com outras produções.

Foi escolhido o município de Dom Pedrito devido suas peculiaridades, sendo este caracterizado pelo baixo índice de diversificação, partindo daí um ponto a mais para a investigação da realidade encontrada na maioria das propriedades familiares baseados na temática proposta sob o enfoque das suas mutações.

A partir disso surge o questionamento central deste estudo, ou seja, de que forma os programas da extensão rural tem repercutido e quais são as transformações do meio rural no âmbito da produção familiar a partir da atuação da extensão rural no município de Dom Pedrito?

Entender os modos de explorações da terra, para onde são destinados recursos públicos e quais são as motivações de cada produtor familiar a cerca da(s) atividade(s) que ele executa em sua propriedade se torna fundamental nesta trajetória, visto que, segundo a visão de Lamarche (1993), as formas de exploração familiar não podem ser vistas em um só modelo

e todo o produtor familiar baseia sua decisão conforme algum tipo de orientação que leva a uma situação esperada.

Como pode ser observado, o estudo se torna pertinente principalmente, para saber qual tem sido a influência do poder público aos atores do meio rural, pois como afirma SCHNEIDER (2009a), a produção não está sob o poder do agricultor, mas sim nas mãos de quem orienta e determina a conduta de cada um.

Para tanto, este estudo objetiva estudar as transformações da agricultura familiar no município de Dom Pedrito a partir dos programas da extensão rural. Assim, pretende-se descrever o contexto histórico e atual da Agricultura Familiar no município, identificando os principais programas trabalhados entre os anos de 2014 e 2018, além de apresentar os motivos que levaram a participação nos programas e citar os principais resultados obtidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, são abordados assuntos e conceitos envolvidos à temática em estudo. A escolha destes ocorreu para melhor entendimento acerca da agricultura familiar e da importância das políticas públicas neste meio.

2.1 Definição de Agricultura Familiar

Abramovay (1992) trata a agricultura familiar como àquela que expressa principalmente a natureza familiar tanto da propriedade, quanto do direcionamento, organização e execução das atividades nesta propriedade. Também é definida como um fenômeno generalizado que não pode ser descrita como camponesa, pois é uma agricultura mercantil, apta a absorver avanços técnicos e responder as políticas do governo.

Para Wanderley (2009), a agricultura familiar é definida como aquela em que a família é dona dos meios de produção e trabalha no mesmo local. O autor salienta que este caráter familiar não é apenas um *detalhe*, pois a junção da família com o trabalho e com a produção tem consequências socioeconômicas fundamentais sobre a unidade produtiva. Neste sentido, fica claro que os autores convergem para a questão mais aparente deste tipo de agricultura que é a predominância da mão de obra e gestão familiar.

Wanderley (2009) ainda refere-se à agricultura familiar como uma agricultura de nova face, diferenciada do modo camponês de produção, onde os produtores se modernizaram. E, neste sentido, o autor também faz menção às políticas públicas que devem ser criadas com base na viabilidade socioeconômica, as quais devem existir para estimular os produtores familiares.

Dados do Departamento Interdisciplinar de Estatística e Estudos Socioeconômicos mostram que em 2006, cerca de 84,4% dos estabelecimentos rurais faziam parte da agricultura familiar, porém, apenas 24,3% da área total desses estabelecimentos era ocupada pela produção familiar dentre as atividades rurais (DIEESE, 2011). Isso demonstrava uma estrutura agrária concentrada, ou seja, os estabelecimentos não familiares, apesar de somarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam apenas 75,7% da área ocupada. Já a área média era de 18,37 hectares entre os estabelecimentos familiares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares (IBGE, 2006).

No Brasil faz pouco tempo que a expressão agricultura familiar tem ganhado legitimidade social e científica, sendo utilizada com frequência pelos movimentos sociais rurais, por órgãos governamentais e pelo mundo acadêmico, principalmente por estudiosos das Ciências Sociais (SCHNEIDER, 2009b).

Desde a década de 1990, a temática em estudo tem ganhado nova linhagem e os estudos que envolvem as formas familiares de produção e sua relação com os processos de desenvolvimento rural tem evoluído significativamente nos últimos anos. Ao longo desse período avançaram os estudos e pesquisas que definem agricultura familiar como “aquela que

opera a partir da articulação das dimensões de trabalho, gestão e propriedade familiar” (SCHNEIDER, 2006a).

Embora a agricultura familiar tivesse um futuro nada promissor, comprovado por alguns autores, ela tem se mantido viva ao longo do tempo e a partir da década de 90 teve sua importância reconhecida no meio econômico e social para o desenvolvimento (RIBEIRO, 2009).

Grisa e Schneider (2015) também destacam em sua obra este reconhecimento feito pelo Estado no mesmo período. Neste sentido, os autores mencionam que “as últimas duas décadas foram pródigas em relação à criação e execução de um amplo espectro de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar”, iniciados também em meados de 1990 (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p. 2).

Sobre os agricultores familiares:

Eles convivem de certa forma pela permanência de uma estrutura fundiária onde a grande propriedade dita as possibilidades de desenvolvimento. As pequenas propriedades continuam sendo coadjuvantes nos processos históricos de transformação, ora fadadas ao desaparecimento, ora viabilizadas pela absorção das possibilidades secundárias dos processos de modernização (BARRETO, 2011, p. 83).

Percebe-se que com o passar dos anos, a produção familiar tem sido mais descrita e caracterizada. Alguns autores descrevem a produção familiar como um modo peculiar de extração da terra, que a forma de conduzir a atividade e a vida é ligada a lógica reprodutiva e a sobrevivência da família. Os produtores familiares não são homogêneos e sim um grupo diversificado e complexo, existindo diversos tipos de produtores neste meio (RIBEIRO, 2009).

Para o contexto da agricultura familiar e dos assentamentos rurais no Brasil, as práticas endógenas de produção agropecuária podem ser tomadas como um conjunto de estratégias sociais e produtivas que apresentam em suas características: “a intensificação na absorção de força de trabalho e na geração de renda de renda por unidade de área; a utilização de força de trabalho na constituição de instrumentos de trabalho; a ampliação contínua no montante de recursos permanentes disponíveis na propriedade; a busca por uma redução sistemática no montante e na proporção de insumos de curto ciclo adquiridos no mercado para se alcançar um certo volume de produção; a adequação e o aprimoramento no uso dos recursos naturais disponíveis (SCHNEIDER, 2009a, p 67 e 68).

2.2 Políticas Públicas na Agricultura Familiar

Junqueira e Lima (2008) relatam que os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil e as especificidades do setor requerem políticas públicas pertinentes, que viabilizem estes pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do produtor rural no campo e contribuam para o desenvolvimento regional.

E nesta linha de pensamento, Froehlich e Diesel (2009) descrevem a atuação do Estado como central para o desenvolvimento econômico e social e a qualidade desta é quem explica o sucesso ou fracasso ao promover o desenvolvimento.

Percebe-se que o poder público é influenciador neste contexto através de políticas públicas criadas especialmente para o público rural. Atualmente, além de programas de financiamento como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), outras ações se firmaram sobre os grupos familiares que residem e produzem no meio rural, como a própria renovação do papel da extensão rural, produção sustentável, entre outros.

Dentre muitos programas importantes no âmbito da produção familiar, o PRONAF foi destaque quanto à promoção de sistemas de produção sustentáveis na agricultura familiar, vindo também como uma tentativa de modificar qualitativamente o sistema de crédito rural e isso requeria um conjunto de esforços por parte das instituições de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, entre outras (DENARD, 2001).

Historicamente, os pequenos agricultores, assim denominados até cerca de duas décadas atrás, sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, por vezes incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no país (GRISA E SCHNEIDER, 2015).

Neste sentido, fica clara a importância das políticas públicas neste cenário, mas vale ressaltar que para o enquadramento para acesso as políticas públicas, tem acesso o agricultor familiar que, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2016) executa atividades no meio rural, em área de até quatro módulos fiscais, com mão de obra predominantemente familiar, renda oriunda da propriedade e gerenciamento desta, feito pela família, conforme a Lei nº 11.326/2006. No entanto, cabe mencionar que existem produtores que não tem acesso às políticas públicas por ter cinco módulos fiscais, por exemplo.

2.3 A Agricultura Familiar em Dom Pedrito

Dom Pedrito foi fundado em 1872, onde predominava a atividade pecuária, que alavancou a economia local por um longo período. Atualmente o município tem atividades de grande importância como a pecuária, com expressiva criação de bovinos e equinos, em especial a criação de cavalos crioulos e produção agrícola com grande expansão produtiva das *commodities*. O que se vê agora é o aumento e avanço da atividade agrícola, principalmente da sojicultura, diminuindo o espaço aberto ao que antes era de domínio da pecuária.

A atual conjuntura das atividades primárias no município faz o campo palco de diferentes formas e grandes transformações que representam os processos de transformação que desejamos identificar e entender neste trabalho.

Com o predomínio da produção de *commodities* (arroz e soja) além da pecuária de corte em Dom Pedrito, poucos produtores acabam diversificando sua produção com outras atividades (BARRETO, 2011).

Contradizendo o que muitos autores mencionavam com relação à sobrevivência da agricultura familiar em muitos locais, percebe-se que há políticas públicas para agricultura familiar em Dom Pedrito, o que valoriza esta atividade, gerando novas oportunidades de expansão com fins mercantis.

De acordo com dados do escritório da EMATER/RS - ASCAR (2017) de Dom Pedrito, existem 1.402 produtores rurais no município, dos quais 811 são produtores familiares, o que representa 58,03% do total de produtores do município. Desses 811 produtores, 533 se dedicam a pecuária de leite ou de corte.

2.4 A Extensão Rural no Brasil e no Município de Dom Pedrito/RS: Aspectos Descritivos

Peixoto (2008) em sua pesquisa, afirma que as ações de extensão rural no Brasil se institucionalizaram há mais de 50 anos e que a temática, assim como a agricultura familiar, é discutida fortemente até hoje por acadêmicos, por quem formula as políticas públicas e por quem coloca em prática esses serviços, os extensionistas. Segundo o autor existem muitos estudos abordando o contexto histórico, modelos e sistemas, metodologia e ação, formas de organização entre outros, o que se assemelha com o propósito a ser seguido.

A extensão rural passou por um declínio em 1990 e por uma reconstrução participativa que resultou na formação na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que se tornou lei em 2010. Permanecendo em baixa por mais uma década,

baseada na necessidade de desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar, a extensão rural teve que contar com estruturas e orçamentos, levando ela a repensar no modelo difusionista, deixando para primeiro plano o desenvolvimento rural sustentável (SILVA E CANAVESI, 2014).

No que tange as ações da extensão rural em Dom Pedrito/RS, o que se sabe é que, segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER/RS - ASCAR (2017) do referido município, já houve em anos anteriores vários programas, inclusive de diversificação direcionados as propriedades familiares do município, mas estes tiveram resultados a serem avaliados. E, ainda, por vezes, o papel da extensão rural no município tem sido ofuscado e confundido com apenas a realização de assistência técnica nas propriedades rurais familiares.

No estágio atual, isto é, em meio a possíveis lacunas e adversidades, fica evidenciada a possibilidade e necessidade de estudar a fundo, como os agricultores familiares se posicionam perante a extensão rural, visto o atual quadro da agricultura familiar diante dos programas da extensão rural acerca do seu desempenho como elemento do desenvolvimento rural.

3 METODOLOGIA

Para este estudo se utilizou pesquisa bibliográfica realizada em artigos científicos, livros e sites específicos que abordam a temática em estudo além de entrevista.

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa e quantitativa, sendo a escolha de dois métodos para melhor desenvolvimento do trabalho e contemplação dos resultados, visto a complementação de ambos. Segundo Gil (2008) a pesquisa qualitativa possui aspectos que não podem ser quantificados, dedicando-se a compreender e explicar as relações sociais de grupos ou organizações. Já a quantitativa destaca o raciocínio dedutivo e peculiaridades mensuráveis do ser humano além de entender a totalidade de um fenômeno (GIL, 2008).

Quanto ao tipo, se caracteriza como uma pesquisa de campo que, segundo Marconi e Lakatos (2003) tem como objetivo principal, conseguir informações sobre um problema ou uma hipótese que se quer comprovar, além de permitir a descoberta de novos fenômenos ou relações entre estes.

Ainda, se configura como exploratória, que tem como objetivo, formular problemas ou questões com a finalidade de desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno ou modificar e esclarecer conceitos. Neste tipo de pesquisa, quase sempre são empregados procedimento sistemáticos, que levam a obtenção de descrições qualitativas e quantitativas do objeto de estudo (MARCONI E LAKATOS, 2003).

Para coleta dos resultados, foi utilizado um roteiro de entrevistas, o qual foi aplicado aos agricultores familiares do município de Dom Pedrito que já participaram de programas ofertados pela extensão rural. Esta parcela dos produtores familiares, podendo ser chamada de público da extensão é definida por Abramovay (1998, p. 14) como “o conjunto dos participantes das múltiplas iniciativas destinadas à valorização do espaço e das oportunidades locais de geração de renda”.

Foram realizadas entrevistas com dez produtores familiares locais, onde a escolha destes foi realizada com o auxílio de um técnico do Escritório local da EMATER/ASCAR - RS do município, o qual indicou os nomes atribuídos à participação nos principais programas trabalhados entre os anos de 2014 a 2018. A escolha dos programas também ocorreu com o auxílio de técnico entrevistado, conforme a importância e intensidade de trabalho no município e o número de participantes foi determinado pela capacidade de execução do trabalho. Além disso, o técnico da EMATER/ASCAR - RS também contribuiu descrevendo brevemente o contexto histórico e atual da produção familiar a partir dos referidos programas.

4 RESULTADOS

A apresentação dos resultados ocorre em diferentes seções, para melhor disposição e contemplação dos resultados. Foram entrevistados 10 produtores familiares e também um técnico do Escritório Municipal da EMATER/ASCAR - RS do município de Dom Pedrito.

4.1 Histórico e Atualidade da Agricultura Familiar Frente aos Programas da Extensão Rural em Dom Pedrito/RS

Em entrevista, o técnico do escritório local da EMATER/RS - ASCAR informa que a realidade da agricultura familiar no município era pouco conhecida e pouco estudada, até mesmo pela existência de um cenário dominado pela produção agrícola e animal em grande escala. Por isso, pouco se falava em programas específicos voltados aos pequenos produtores e ao desenvolvimento destes.

Em relação à atuação da EMATER/RS - ASCAR no município, o técnico entrevistado também relatou que em anos anteriores, pouco se trabalhava em questões como gestão e sucessão familiar nas pequenas propriedades, assim como com questões ambientais, isto é, na promoção do desenvolvimento das atividades de cunho familiar sustentável do ponto de vista ambiental. Além disso, mencionou que havia pouca participação no pós-porteira, principalmente em relação à comercialização de produtos, diferente do que se vê atualmente, justamente pela aderência e desenvolvimento de políticas de comercialização e seus devidos programas como o PNAE, PAA e Feira da Agricultura Familiar no referido município.

Ele destacou que com o passar do tempo muitas coisas mudaram, visto que inúmeras atividades desenvolvidas atualmente não faziam parte das ações extensionistas realizadas anteriormente no município.

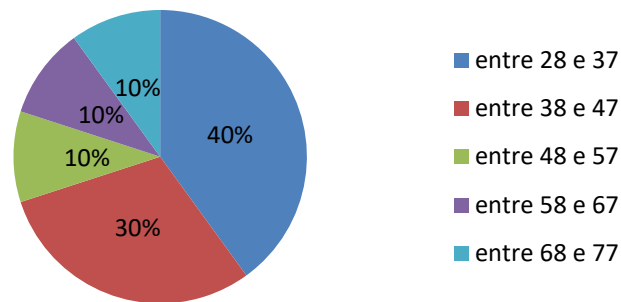
Agora mais atuante e participativa no contexto da produção familiar, o técnico comentou que atualmente as ações voltadas aos pequenos produtores do município visam a busca por soluções eficientes em relação às atividades já desenvolvidas, assim como novas propostas nas propriedades rurais familiares, trabalhando de acordo com cada realidade encontrada, com cada limitação, para melhor execução dos trabalhos.

O técnico complementou que atualmente o número de programas trabalhados no município aumentou consideravelmente e sobre estes é realizado um trabalho efetivo para melhor aproveitamento e desenvolvimento deste. Ainda, ressaltou que esses programas são excelentes oportunidades de valorização e desenvolvimento de pequenos produtores rurais, pois além da melhora de renda e possível melhora da qualidade de vida, são importantes também para a economia local.

4.2 Identificação socioeconômica dos produtores entrevistados

Em relação às faixas etárias dos produtores, estas variam entre 28 e 73 anos.

Figura 1 – Faixa etária dos produtores entrevistados

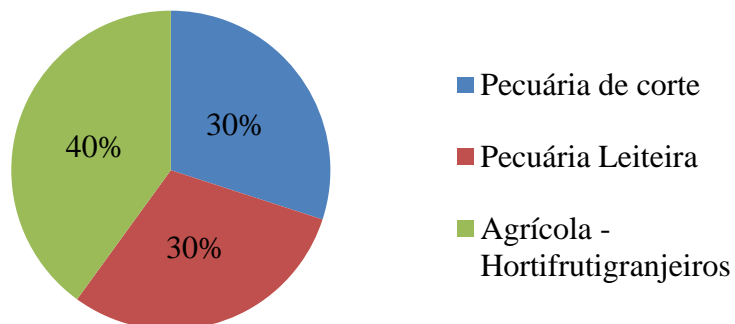


Fonte: autora da pesquisa

Analisando-se a faixa etária dos produtores, percebe-se uma significativa variação e a predominância de produtores com idades entre 28 e 47 anos. Desta forma constata-se a possível existência também de ações extensionistas direcionadas a permanência de jovens produtores no campo.

Com relação a principal atividade geradora de renda nas propriedades dos agricultores familiares entrevistados, percebe-se que a atividade agrícola, em especial a produção de hortifrutigranjeiros é considerada o carro chefe quando o assunto é geração de renda.

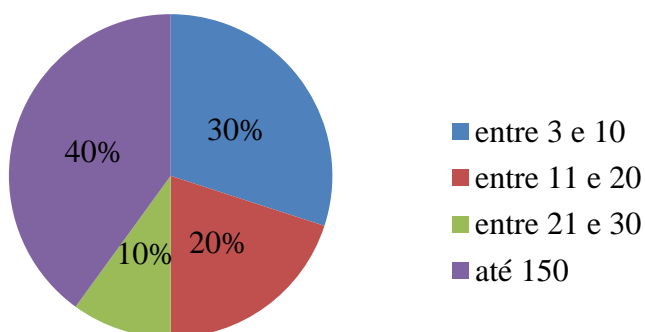
Figura 2 – Principal atividade geradora de renda



Fonte: autora da pesquisa

Quanto à área total utilizada pelos produtores, os dados mostram que a variação também é significativa, visto que vão de 3 a até 150 hectares, ressaltando que justamente os que possuem áreas consideradas pequenas ou médias são os que têm como principal atividade a produção de hortifrutigranjeiros. Já os que possuem de 30 até 150 hectares trabalham com pecuária de leite ou corte, como mostra a Figura 3.

Figura 3 – Área total em hectares



Fonte: autora da pesquisa

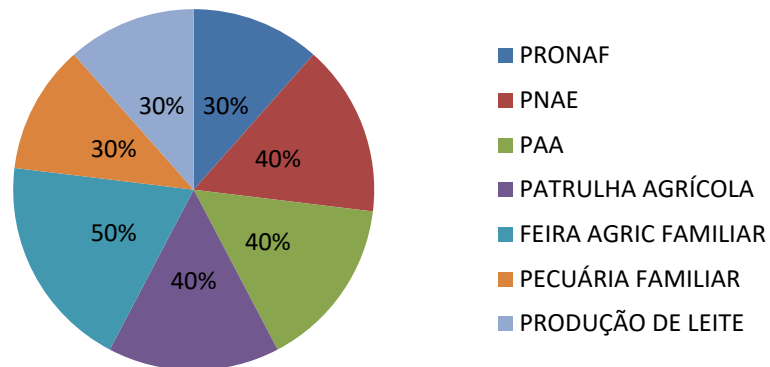
Já em relação à infraestrutura (maquinário), sete produtores possuem apenas um trator e alguns implementos básicos em sua propriedade. Já os demais produtores entrevistados não possuem nenhum maquinário disponível. Em ambos os casos, a falta parcial ou total de maquinário leva alguns produtores a solicitarem o serviço da Patrulha Agrícola feito pela Secretaria da Agricultura do município para o preparo do solo e outros manejos quando necessário, o que evidencia a presença de produtores pouco capitalizados, com pouco recurso material e financeiro disponível para investir e crescer em sua atividade. Desta forma constata-se a importância do programa Patrulha Agrícola, pois por meio deste também é possível aumentar a capacidade de produção das propriedades bem como o aumento de produtividade entre outros benefícios.

Referente a execução das atividades nas propriedades, seis produtores relataram que utilizam apenas mão de obra familiar e os demais produtores além da mão de obra familiar, eventualmente também fazem a contratação de terceiros para auxiliá-los em sua atividade.

Partindo para o enfoque central deste estudo, foram identificados os principais programas trabalhados no município nos últimos cinco anos, período compreendido entre 2014 a 2018. São eles: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a Feira da Agricultura Familiar, a Patrulha Agrícola, a ATER-Pecuária Familiar e ATER-Bovinocultura de leite.

Quanto ao número de participantes dos programas abordados neste artigo, inicialmente, ressalta-se que este levantamento foi realizado através de uma questão de múltipla escolha. Analisando-se a figura 4, constata-se que a maior participação se dá na Feira da Agricultura Familiar. Constata-se também a participação simultânea, isto é, de dois a quatro programas de forma conjunta.

Figura 4 - Número de produtores participantes dos programas abordados



Fonte: autora da pesquisa

A seguir os aspectos descritivos dos principais programas trabalhados no município de Dom Pedrito. Para melhor compreensão, os produtores entrevistados foram enumerados da seguinte maneira:

Quadro 1 – Enumeração dos entrevistados

Produtor	Programa	Total	%
Produtor 1	PNAE, FEIRA, PAA E PATRULHA AGRÍCOLA	4	17,39
Produtor 2	PNAE, FEIRA E PAA	3	13,04
Produtor 3	PNAE, FEIRA E PAA	3	13,04
Produtor 4	PNAE, FEIRA E PAA	3	13,04
Produtor 5	FEIRA, PATRULHA AGRÍCOLA E BOVINOCULTURA DE LEITE	3	13,04
Produtor 6	PRONAF E PECUÁRIA FAMILIAR	2	4,34
Produtor 7	PRONAF E PECUÁRIA FAMILIAR	2	4,34
Produtor 8	PRONAF E PECUÁRIA FAMILIAR	2	4,34
Produtor 9	BOVINOCULTURA DE LEITE	1	4,34
Produtor 10	BOVINOCULTURA DE LEITE	1	4,34

Fonte: autora da pesquisa

4.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

O PNAE é um programa que tem como objetivo fornecer alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional para estudantes de escolas públicas. O repasse de valores financeiros para estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino. Pela lei nº 11.947, de 16/06/2009, no mínimo 30% do valor repassado pelo programa deve ser utilizado para a aquisição direta de produtos da agricultura familiar (FNDE, 2017).

Em meados do ano de 2014, no município de Dom Pedrito, o número aproximado de participantes do PNAE girava em torno de 6 famílias. Desde então, até o momento este número dobrou passando de 6 para 12 famílias participantes.

Em entrevista, o produtor 1 relata que antes de participar do PNAE consorciava a produção leiteira com a produção de hortifrutigranjeiros, antes somente para consumo da família. Com o passar do tempo, pela dificuldade em escoar a produção de leite devido às

péssimas condições das estradas locais teve que abandonar a atividade e então dedicar-se a produção de hortifrutigranjeiros e sua posterior comercialização através do programa.

O produtor 2 informou que antes de trabalhar também com hortifrutigranjeiros, ele e sua esposa eram funcionários de uma granja. Pelo fato de que sempre tiveram gosto por cultivar alimentos mais saudáveis, após o conhecimento e a probabilidade de participar do programa em questão, houve então a mudança de ocupação e após a intensificação da atual atividade. O mesmo fez o produtor 3, ou seja, intensificou a produção de hortifrutigranjeiros após o conhecimento do programa, diferenciando-se apenas por consorciar com mais algumas atividades em sua propriedade.

Já o produtor 4 informou que já trabalhava na mesma atividade e por isso apenas intensificou a produção após inserção no referido programa.

Em entrevista, todos os produtores participantes, sem exceção, relatam que sua inserção no PNAE se deu mesmo motivo, pelo fato da garantia de venda e pagamento pelos produtos e pela expectativa de aumento considerável de renda. Complementam que está sendo satisfatório participar deste programa, pois além da garantia de venda e pagamento devido à existência de um contrato, os preços pagos pelos seus produtos são bons. Isso demonstra que o PNAE é considerado um importante programa capaz de garantir renda e ao mesmo tempo valorizar os produtos oriundos do trabalho familiar bem como o estilo de vida característico dos agricultores familiares.

Entretanto, o produtor 1 salienta um ponto negativo referente à sua participação como o fato de se dirigir a todas as escolas em que seus produtos são entregues, o que resulta em aumento dos custos com combustível. Ainda, complementa que seu trajeto é feito por estradas em péssimas condições de trafegabilidade.

4.4 Feira da Agricultura Familiar

A Feira da Agricultura familiar é uma feira livre, realizada no município de Dom Pedrito que surgiu, assim como o PNAE e PAA, a partir de uma política de comercialização. Nela, os produtores familiares do município comercializam diversos produtos que vão desde hortaliças, produtos de agroindústria até artesanatos. Com os participantes da Feira são desenvolvidas diversas ações acerca da comercialização de seus produtos, como Boas Práticas de Comercialização, Boas Práticas de Fabricação entre outras, além de ações relacionadas ao associativismo e cooperativismo.

Este programa foi colocado em prática no ano de 2015 começando com cerca de 30 produtores. No momento atual, a feira ocorre durante todas as sextas-feiras na área central do município e até o presente ano ainda conta com aproximadamente 30 produtores.

Quanto os motivos que levaram a participação no programa, os entrevistados informaram que começaram a participar da Feira pela possibilidade de incremento da renda. O produtor 5 informou que já trabalhava com a produção leiteira e com a comercialização de queijos e viu a feira como mais uma oportunidade de comercializar seus produtos.

Os participantes informam que também está sendo satisfatório participar deste programa, porém, o entrevistado 1 informou que comercializa seus produtos na Feira pelo simples fato de “participar”, pois o lucro obtido com as vendas no local é inferior ao lucro alcançado por meio da comercialização realizada através dos programas PNAE e PAA em que também participa. Além disso, outro fato relatado foi o aumento de exigências para comercialização de determinados produtos, como ovos, queijos, entre outros, por conta de uma determinada característica do produto ou estrutura adequada para a produção aceita pela fiscalização, o que leva a impossibilidade de venda de diversos produtos que o produtor dispõe em sua propriedade, diminuindo assim sua rentabilidade.

Apesar da satisfação não ser unânime, isto é, existe uma minoria de produtores que não alcançam lucro suficiente com suas vendas, acredita-se que este programa surgiu com o

intuito de valorizar ainda mais a agricultura familiar do município de Dom Pedrito, possibilitando o incremento da renda de muitos produtores.

4.5 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e este objetiva o incentivo da agricultura familiar e a promoção do acesso à alimentação. Os alimentos adquiridos através do programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. O PAA pode ser executado através de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes (MDS, 2014).

O Programa de Aquisição de Alimentos começou a ser trabalhado a pouco tempo no município, no ano de 2017. Atualmente são 15 famílias participantes, que entregam seus produtos na 3ª Companhia De Engenharia De Combate Mecanizada (Quartel) do município.

Sobre o que levou aos produtores a entrarem no programa, todos retrataram o programa como mais uma oportunidade de aumento da renda. Assim como no PNAE, os preços pagos pelos produtos são bons e garantia de venda e pagamento pelos produtos foram destacados novamente como mais um motivo de entrada e permanência no referido programa.

O produtor 1 complementa que um fator favorável à sua participação é a entrega de seus produtos somente em um determinado local, o que não gera custos elevados com combustível.

A partir destes relatos, nota-se que o PAA é mais um ensejo de valorização da produção rural de cunho familiar, que assim como o PNAE e a Feira da Agricultura Familiar, possibilitam o aumento da renda e posteriormente ao crescimento e manutenção das atividades nas propriedades familiares.

4.6 Patrulha Agrícola

Este programa objetiva o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas a pequenos produtores para a realização de diversos serviços de manejo do solo (FAMURS, 2014).

Atualmente a Patrulha Agrícola do município conta com aproximadamente 100 usuários. De certa forma este número é relativo, pois vale lembrar que em alguns casos a utilização dos serviços da Patrulha é esporádica.

Os motivos que levaram os produtores a solicitarem os serviços deste programa é a falta total ou insuficiência de maquinário disponível nas propriedades. Os serviços mais comuns realizados pela Patrulha são as atividades de preparo do solo para plantio de diversas culturas e limpeza e afundamento de açudes.

O principal benefício relatado pelos usuários do programa é justamente a possibilidade de fazer melhorias e determinados manejos na propriedade mesmo sem maquinário suficiente ou até mesmo sem nenhum tipo de maquinário disponível. O produtor 8 reforça que a Patrulha Agrícola é um importante programa para o município, pois beneficia inúmeros produtores que necessitam de serviços específicos.

No entanto, o produtor 1 relata que o atendimento feito pela Patrulha por vezes é desorganizado, pelo fato de que não são atendidos com prioridade, ou seja, é dada prioridade a “grandes produtores” e assim, quando vão atender os pequenos agricultores, muitas vezes já é passada a época de plantio de algumas culturas e até mesmo deixando passar o período certo para a realização de reparos em açudes por exemplo.

4.7 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Segundo o MDA (2018) O PRONAF é um programa que financia projetos individuais ou coletivos, que tem como finalidade gerar renda a agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Com as mais baixas taxas de juros dentre os financiamentos rurais, o programa conta com várias linhas de crédito. São elas: Pronaf Custeio, Pronaf mais alimentos, Pronaf agroindústria, Pronaf agroecologia, Pronaf eco, Pronaf floresta, Pronaf semiárido, Pronaf mulher, Pronaf jovem, Pronaf custeio e comercialização de agroindústrias familiares, Pronaf cota-parte e microcrédito rural (MDA, 2018).

Quanto à participação no referido programa, o município conta com aproximadamente 150 produtores participantes.

A partir da entrevista identificou-se que ambos os participantes entrevistados trabalham na mesma atividade, a pecuária de corte, sendo estes pecuaristas familiares.

Segundo eles, a motivação principal para acesso ao programa, especificamente ao Pronaf Custeio, foi a necessidade de investir na atividade, com a compra de animais e insumos. Para os produtores 6 e 8, acessar ao Pronaf possibilitou crescimento e manutenção da atividade pecuária, além do aumento de produtividade e consequentemente aumento da renda.

Em contra partida, o produtor 6 citou um ponto negativo à sua entrada no programa, que foi a burocracia para acessá-lo e o pagamento antecipado das prestações, que segundo ele, começou quatro meses antes de receber o recurso em mãos.

Embora reconhecendo a relevância do Pronaf, o produtor 7 contou que mesmo acessando ao programa, o mesmo não tem obtido eficiência produtiva e econômica na sua atividade da forma que gostaria.

Apesar do ocorrido, ambos citam o programa como uma boa opção para o pequeno produtor, pois possibilita que o mesmo siga em sua atividade devido à possibilidade de manutenção e crescimento da mesma.

4.8 Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural ATER - Pecuária Familiar

O referido programa objetiva prestar serviços de assistência técnica, promovendo ações em apoio ao pecuarista familiar e aos membros da sua família, visando à melhoria da qualidade de vida e à geração de renda, favorecendo assim a sucessão familiar (EMATER/RS – ASCAR, 2018).

Atualmente são desenvolvidas diversas atividades para este público, como manejo convencional de bovinos e ovinos, melhoramento e manejo de campo nativo, melhoramento genético de ovinos e bovinos, implantação de forrageiras e organização dos produtores.

Para o técnico entrevistado, esperam-se resultados positivos a partir do trabalho intenso que vem sendo realizado.

O técnico entrevistado informa que atualmente, o maior público trabalhado são pecuaristas familiares, categoria que vem ganhando espaço desde seu reconhecimento ocorrido no ano de 2011, pelo decreto nº 48.316, de 31 de agosto.

Segundo ele, em anos subsequentes, após a regulamentação desta lei, com maior visibilidade, esta categoria começa a ser trabalhada no município, porém com acompanhamento esporádico e realização de algumas reuniões e encontros. Somente no ano de 2016, após a vinda de técnico específico para este público, começou-se um trabalho constante com pecuaristas familiares através de um cronograma de trabalho.

Hoje, o município conta com 520 pecuaristas familiares cadastrados no escritório local da EMATER/RS -ASCAR, que possuem de área, cerca de 10 a 320 hectares, trabalhando na maioria dos casos com bovinos e ovinos com finalidade de corte. Deste total de cadastros, atualmente o trabalho efetivo é realizado com 130 famílias que trabalham com pecuária.

Partindo para as entrevistas com os produtores, questionados sobre o que levou a participar do referido programa, estes relataram que o motivo foi a necessidade e expectativa de desenvolvimento da atividade e da propriedade, fazendo melhor uso desta além de melhorar aspectos envoltos a tomada de decisão.

Embora com acompanhamento, o produtor 6 informou que por ser pequeno produtor e ter um número baixo de animais, enfrenta algumas dificuldades na atividade, pois sua rentabilidade é baixa, mas que pelo fato de residir na zona rural e ter acesso a alguns alimentos na sua propriedade, consegue se manter.

Semelhante a este relato, o produtor 7 contou que não é fácil ser pecuarista e cita um ponto adverso que é a falta de maior incentivo do governo. Segundo ele, um fato desfavorável ocorrido foi que ao logo do tempo sua renda em vez de aumentar, diminuiu consideravelmente.

Em contra partida, segundo o produtor 8, a atividade é rentável, pois consegue manter a família e crescer na atividade. Para ele, sem dúvida nenhuma a assistência oferecida desempenhou e vem desempenhando um papel importante nesse processo. Ambos os produtores complementaram que um dos fatores de permanência na pecuária de corte e consequentemente no programa é justamente o “gosto” pela atividade pecuária.

Frente a esses relatos surgem alguns questionamentos e possíveis fatos a serem estudados com maior profundidade em relação a atividade e a assistência ofertada aos pecuaristas familiares, devido ao caso relatado por um dos produtores, onde o mesmo informa a diminuição da sua renda com o passar dos anos.

4.9 Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural ATER - Bovinocultura de Leite

Conforme a EMATER/RS - ASCAR (2018) este programa visa a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para produtores de leite, visando o desenvolvimento de sistemas sustentáveis de produção de leite na agricultura familiar, a melhora na qualidade do leite, aumento de escala da produção, redução da penosidade do trabalho e aumento da renda, contribuindo assim na inserção dos produtores no mercado.

Atualmente são desenvolvidas algumas práticas com os produtores de leite do município, como manejo do rebanho, melhora da qualidade do leite, gerenciamento da atividade, implantação de forrageiras, irrigação de pastagens, organização dos produtores entre outras.

Por volta do ano de 2014 existiam em média 38 produtores na atividade leiteira. Até o presente ano houve uma queda significativa neste número, visto que atualmente o município conta com apenas 11 produtores. Todos os produtores que ainda permanecem na atividade recebem a assistência técnica do programa.

Segundo os produtores, a participação no programa se deu pela possibilidade de desenvolver sua propriedade mesmo em meio a momentos desfavoráveis à produção e a melhorar alguns aspectos produtivos entre outras questões. O produtor 9 complementa que buscou no programa o desenvolvimento da sua propriedade com baixo custo e novas técnicas além do aumento de produtividade. Ainda, o produtor contou que em breve pretende construir uma agroindústria na sua propriedade para potencializar sua atividade e aumentar sua renda.

Todos os produtores participantes do programa relataram que sua participação é boa, entretanto, vivem na atividade leiteira em meio a algumas adversidades, apesar de toda a assistência oferecida, pois algumas situações adversas ocorridas no âmbito da produção leiteira não dependem diretamente do programa. Em relação à atividade em si, os produtores informaram que atualmente o leite produzido é destinado à cooperativa Cosulati, mas que por falta de pagamento, existe a possibilidade de escoarem a produção para outra cooperativa. O produtor 10 destaca que a atual cooperativa, em seu pior momento, ficou com boa parte do pagamento destinado ao produtor, o que prejudicou em determinado período sua renda

mensal. Para ele “se a indústria vai mal, o produtor vai mal”. Ainda sobre a indústria, o produtor 9 reforça que o produtor de leite é literalmente explorado pela indústria e pelo mercado, pois o mesmo não estabelece preço mínimo de compra e traz outra questão desfavorável, como a importação do produto, neste caso, do Uruguai, por um preço muito abaixo, conseqüentemente levando a queda de preço do leite comercializado aqui no país.

Apesar disso, os entrevistados mencionaram a melhora significativa da sua renda com o passar dos anos.

Para os produtores entrevistados, receber a assistência técnica auxilia significativamente no andamento da atividade leiteira e reforçam que sempre que necessitam de uma visita em sua propriedade bem como da resolução de algum problema, os extensionistas responsáveis pelo programa se encontram sempre dispostos a auxiliar os produtores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por estar presente em diversas realidades do meio rural e por seu modo peculiar de produção, a agricultura familiar se destaca pela importância no desenvolvimento de pequenas e médias propriedades. Esta vem passando por inúmeras mudanças, que vão desde os processos produtivos até as relações interpessoais e comerciais, assim como mudanças em termos de políticas institucionais, demonstrando que atuais formas produtivas oriundas do trabalho familiar estão cada vez mais transformadas pelas externalidades que cercam este meio.

No contexto da produção familiar, em meio a esses processos de transformação, destaca-se o papel do Estado e das políticas públicas para o fortalecimento e valorização desta categoria, através de programas específicos que além de minimizar algumas dificuldades enfrentadas por este público, são caminhos para o desenvolvimento social, ambiental e econômico dos agricultores familiares. Por isso, buscou neste artigo entender a repercussão dos programas da extensão rural sobre os agricultores familiares do município de Dom Pedrito/RS.

Assim como no Brasil, em anos anteriores a agricultura familiar do município era pouco conhecida e pouco estudada. Logo, pouco se abordava a questão da importância de programas específicos para produtores familiares.

Os dados mostram que ao longo do tempo o número de programas trabalhados no município aumentou e sobre estes é realizado um trabalho constante.

Contatou-se que programas oriundos de políticas de comercialização, como o PNAE, o PAA e a Feira da AF, surgiram como um incentivo à produção e consumo dos alimentos provenientes da agricultura familiar, além de garantir a renda de muitos agricultores familiares.

Com relação aos programas de assistência técnica, foi reconhecida sua importância em termos de orientação e desenvolvimento das atividades nas propriedades. Com tudo, notaram-se algumas divergências em relação aos resultados obtidos a partir da participação nos programas. Apesar do acompanhamento constante, há necessidade de se minimizar algumas dificuldades enfrentadas por alguns produtores e continuar os esforços sobre o que está dando resultados positivos. Isso demonstra que alguns programas obtiveram maior êxito e melhores resultados quanto a sua aplicabilidade.

Nota-se então que os programas da extensão rural têm impacto direto aos produtores em relação a diversos fatores, principalmente na gestão do seu negócio bem como na tomada de decisão. Apesar de alguns contrapontos, os programas abordados neste artigo se configuram como importantes e necessários no âmbito da agricultura familiar, pois estes funcionam principalmente como um estímulo aos pequenos agricultores, em termos de produção e desenvolvimento destes.

5.1 LIMITAÇÕES E SUGESTÕES

Como limitação do presente artigo, destaca-se a dificuldade de se obter dados mais concretos a respeito dos programas trabalhados no município, tanto os mais recentes quanto os mais antigos, além do fato de que os programas não contam com um processo de avaliação preciso e transparente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, ANPOCS; UNICAMP; HUCITEC, 1992. Campinas, 1992.

_____. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural**. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 15(1): 132-52, 1998.

BARRETO, Vitor Ângelo Villar. **Dom Pedrito, cidade e campo: A modernização agrícola e a cidade local**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de geociências Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Agrário**. O que é Agricultura Familiar?. 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 03/08/17.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) 2018**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 01/08/18.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) 2014**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 30/07/18.

DIEESE – Departamento Interdisciplinar de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4 ed. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2011.

DIESEL, Vivien et al. **Extensão Rural no contexto do pluralismo institucional: Reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamento da reforma agrária do RS**. 1. ed. Editora UNIJUI, Ijuí, 2012.

DENARD, Reni Antônio. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável** Denardi, Reni Antonio **Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent**. Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001.

EMATER RS/ASCAR (Associação Riograndense de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul) – Escritório Municipal de Dom Pedrito. Informações pessoais. 2017.

EMATER RS/ASCAR (Associação Riograndense de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul) Bovinocultura de Leite. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-animal/bovinos-de-leite.php>>. Acesso em: 12/07/18.

EMATER RS/ASCAR (Associação Riograndense de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul) Pecuária familiar. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-animal/pecuaria-familiar.php>. Acesso em: 12/07/18.

FAMURS – Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul - **Programa Patrulha Agrícola**. Disponível em: <http://www.famurs.com.br/documentos/programa-patrolha-agricola>. Acesso em: 10/07/18.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Sobre o PNAE**. 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>>. Acesso em: 10/07/18.

FROEHLICH, José Marcos. DIESEL, Vivien. **Desenvolvimento Rural: Tendências e Debates Contemporâneos**. 2ª edição, unijui, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2008.

GRISA, Catia. SCHNEIDER, Sergio. **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. Piracicaba-SP**, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014 – **Impressa em Fevereiro de 2015**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: 02/02/2018.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira, LIMA, Jandir Ferrera de. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Seminário: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

LAMARCHE, H. **“A agricultura familiar: uma realidade multiforme”**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. Atlas. Capítulo 9 técnicas de pesquisa. São Paulo, 2003.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil – Uma abordagem histórica da legislação**. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Centro de estudos, Brasília, 2008. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>>. Acesso em: 10 set. 2016.

RIBEIRO, Cláudio Marques. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)

– Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar**. 2º ed. Porto Alegre Ed. da UFRGS, 2009a. 295p.

_____. **Agricultura Familiar e Industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2º ed. Porto Alegre Ed. da UFRGS, 2009b. 158p.

SILVA, Hur Ben Corrêa da, CANAVESI, Flaviane de Carvalho. **Conhecimento, tecnologia e inovação para o fortalecimento da agricultura familiar**. 1ª ed. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. 1º ed. Ed. da UFRGS, Porto Alegre, 2009.